



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

03/01/2016

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. JUÍZES.....	1
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. PRESIDÊNCIA.....	2 - 8
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. DECISÕES.....	9
3.2. DESEMBARGADOR.....	10

**SÔNIA MARIA AMARAL
FERNANDES RIBEIRO**

Fatos e desejos

Não é raro desejarmos algo e os fatos, teimosamente, se colocarem em oposição ao que foi idealizado.

Deseja-se ganhar na loteria, mas os números sorteados não ajudam; deseja-se trocar o carro, mas a renda auferida e as despesas programadas não permitem; deseja-se viajar para o exterior, mas o dólar em alta impede de concretizar o sonho e etc.

Enfim, apesar de muitos afirmarem que “querer é poder”, na verdade nem sempre esse ditado é válido, pois muito dos nossos desejos dependem de fatores externos.

Na atualidade, contudo, para a magistratura maranhense, fato e desejo conseguiram se encontrar. Explico.

Tempos atrás, a associação dos magistrados promoveu uma simulação de eleição direta para a escolha do presidente do Tribunal de Justiça e o escolhido pelos juízes votantes foi o desembargador Cleones Carvalho Cunha.

Uma pequena ressalva, para melhor compreensão daqueles que não são do meio jurídico: a eleição real para a escolha do presidente é tarefa

conferida com exclusividade aos desembargadores, ou seja, os juízes não participam. Portanto, a eleição realizada pela associação não tem valor jurídico, é apenas simbólica.

Assim sendo, tendo, agora, o tribunal escolhido o desembargador Cleones como presidente e tendo este assumido no último dia 18, o desejo expresso na eleição simbólica se tornou realidade.

Mas, esse desejo manifesto pelos juízes não deve ser encarado como algo que interessa apenas à corporação. O desejo de vê-lo como presidente tem a ver com o desejo de fortalecer a magistratura

de primeiro grau, linha de frente da Justiça, onde o cidadão busca seus direitos em primeiro lugar e, muitas vezes, com exclusividade.

Os números apontam que apenas 10% dos processos são concluídos nos tribunais. Noutros termos: 90% das pessoas, após sentença do juiz, não recorrem aos tribunais.

Portanto, se seu processo demora muito para ser resolvido, muitas vezes não é porque houve recurso, mas é porque o juiz, ainda no primeiro grau, não conseguiu proferir a sentença, em face da demanda brutal.

**90% das
pessoas, após
sentença do juiz,
não recorrem
aos tribunais**

Conclusão lógica, diante desse quadro: para que o Judiciário resolva as questões em tempo razoável é necessário mais juízes e/ou mais servidores e condições materiais adequadas. É necessário, em suma, dar prioridade ao que acontece nos fóruns.

Em consequência, uma gestão que dê atenção especial ao que acontece nos fóruns, por certo terá como beneficiário não o juiz, na sua individualidade, mas sim a sociedade. É disso que se trata.

Parênteses: na crise fiscal atual, que tende a se agravar no próximo ano, boa gestão é algo fundamental. É na dificuldade que se destacam os bons gestores.

Nesse contexto, sente-se entre os juízes uma grande esperança, até porque o desembargador Cleones, na posse, em discurso emocionante do começo ao fim, já anteviu que o seu foco é esse, ou seja, a valorização da magistratura de base.

Da minha parte, que tive o privilégio de trabalhar com ele bem de perto na Corregedoria Geral de Justiça, quando ainda era ele juiz, tenho certeza que a esperança depositada pela classe não será em vão, pois competência e vontade de fazer uma grande gestão não lhe faltam.

Por tudo isso, a despeito do cenário político e econômico nem um pouco auspicioso, ousou exclamar: Feliz 2016, magistratura e jurisdicionados maranhenses!

Juíza de Direito
E-mail: sonia.amaral@globo.com

2016: o que esperar?

Em abordagem única, o jornal **O Imparcial** ouviu autoridades políticas, jurídicas e eclesiástica, que relatam o que ficou de lição sobre 2015 e como veem o cenário para 2016 na política e economia do Brasil e do Maranhão.

PÁGINAS 2 E 3 | POLÍTICA



Teremos desafios talvez ainda maiores
Flávio Dino, governador do Maranhão



2016 foi um ano difícil, mas de recomeço e reorganização
Cleones Cunha, presidente do TJMA



O novo governo parece ter transmitido uma réstia de esperança, porém, condicionada
Dom Belisário, arcebispo da capital



Creio que as reformas precisam ser implantadas com urgências
Edivaldo Holanda Jr., prefeito de São Luís



Importante ainda é governar sem barganha, sem chantagens e sem perseguição
Humberto Coutinho, presidente da Alemão



O Maranhão precisa de um choque de gestão para reduzir despesas
Adriano Sarney (PV), deputado

AVALIÇÃO

Análises e projeções para 2016

Para uma análise do atual momento político e seus efeitos na economia no Brasil e no Maranhão, autoridades do estado fazem uma explanação do que pensam a respeito

FELIPE KLAMT
ESPECIAL PARA O IMPARCIAL

Historicamente, o ano de 2015 fica marcado como um período conturbado para a política e na economia do Brasil, herança de uma disputa insana pelo poder em 2014. O processo de degradação do processo eleitoral fortaleceu a desconfiança da população encaminhando para o descrédito ampliado nos políticos e o enfraquecimento da economia em todas as escalas de produção e do consumo.

Empresários e gestores públicos alinharam discurso no redemoinho do pessimismo, apontando para 2016 com recessão, alimentando a inflação, alta dos juros, queda das vendas e forte

desemprego. A corrupção seguida da falta de reformas nas áreas da política, tributária, previdência e jurídico levam à necessidade emergencial de uma reformulação no país, os campos ideológicos partidários fazem o debate sem mostrar as soluções em curto prazo, somente que precisam mudar o governo federal por meio do impeachment da presidente Dilma Rousseff, simples ato de poder pelo poder.

Enquanto a nação vive sob a toga do Supremo Tribunal Federal, no Maranhão o grupo do governador Flávio Dino tenta implantar um modelo de gestão baseado na justiça social, tendo como fonte a igualdade com aspectos comunistas sem radicalismos. O governo ultrapassou o primeiro ano com a figura intacta de um governo sem escândalos de corrupção, diferente do atual e passados governos no plano federal.

O jornal O Imparcial convidou autoridades, do campo político ao eclesial, para uma análise do momento político e seus efeitos na economia no Brasil e no Maranhão



Governador Flávio Dino (PCdoB)

"Foi um ano muito desafiador. No Brasil, passamos por uma crise econômica em 2015 que incidiu em todos os estados. Houve diminuição dos repasses da União aos estados e municípios, o que trouxe às administrações a necessidade de conter despesas e reverter desonerações. No Maranhão, conseguimos economizar R\$ 325 milhões em gastos considerados imorais ou abusivos, praticados pelo governo anterior. Assim, mesmo com a crise que se espalhou pelo país, em 2015 conseguimos manter o investimento do Estado em obras, serviços e melhores condições salariais aos servidores públicos. E foi cuidando bem do dinheiro público, conseguimos manter o foco na nossa principal meta de governo, que é combater as injustiças sociais. Colocamos para funcionar dois hospitais regionais (Pinheiro e Caxias), ampliamos os quadros da Segurança com novos 1.500 policiais, iniciamos obras de reestruturação de fornecimento de água, abrimos concurso para novos professores, construímos novas escolas, para citar alguns dos compromissos que apresentamos à população nas eleições e que começamos a cumprir. Em 2016, teremos desafios talvez ainda maiores, já que o cenário econômico nacional aponta para a continuidade da crise. Vamos continuar cortando gastos para manter o investimento nas áreas de promoção de direitos e acesso a serviços que eram negados à população mais carente. Vamos empreender toda a nossa força e criatividade no Executivo para

que o Maranhão continue no rumo certo."



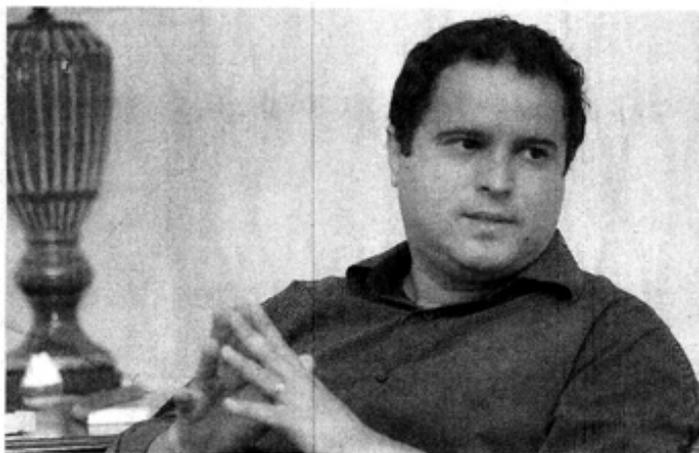
Em 2016, teremos desafios talvez ainda maiores, já que o cenário econômico nacional aponta para a continuidade da crise

Governador Flávio Dino (PCdoB)



Senador Edson Lobão (PMDB)

"Em 2015, o Brasil passou por uma grave crise política e econômica, com fortes consequências na vida da população. O Maranhão, infelizmente, não ficou fora disso. Para o ano que se inicia, precisamos de uma solução para a crise política e, assim, encontraremos uma saída para a crise econômica instalada, com aumento de obras de infraestrutura para avançar na geração de emprego e renda para o trabalhador brasileiro."



Prefeito de São Luís, Eivaldo Holanda Júnior (PDT)

“Essa crise política e econômica que vivenciamos trouxe um impacto negativo para o país inteiro. Governos estaduais e municipais tiveram de reduzir investimentos, alguns na verdade até pararam suas ações e infelizmente a inflação voltou a atormentar o cidadão brasileiro. De positivo, no país, considero o enfrentamento firme da corrupção com as decisões e operações do juiz Sérgio Moro, do Supremo e da Polícia Federal. No Maranhão, a eleição do governador Flávio é, sem dúvida, um fato marcante, com um cenário muito positivo de parcerias institucionais que têm apontado resultados efetivos para o desenvolvimento da nossa capital. Primeiro, uma consciência de todos nós da necessidade de mudança de comportamento e de atitudes. Todos nós, cidadãos, indistintamente, precisamos rever nossos posicionamentos. Não dá para continuar achando que apenas o outro ou só o político precisa mudar. Somos todos nós. Na esfera governamental, creio que as reformas na infraestrutura, a política e a econômica precisam ser implantadas com urgências para o país voltar a avançar positivamente.”



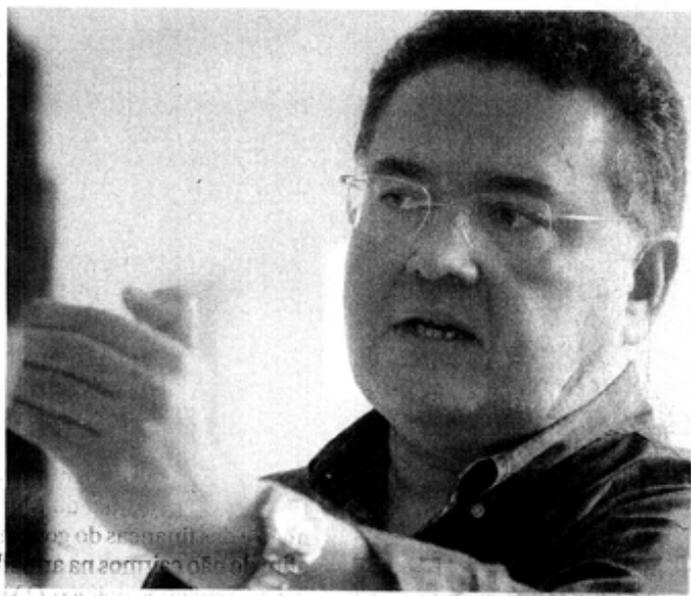
Todos nós, cidadãos, indistintamente, precisamos rever nossos posicionamentos. Não dá para continuar achando que apenas o outro ou só o político precisa mudar

Prefeito de São Luís, Eivaldo Holanda Júnior (PDT)



Vice-governador Carlos Brandão (PSDB)

“No contexto nacional, destaco o grande debate sobre os modelos políticos a serem adotados nas próximas eleições, em contrapartida ao que existe. Foi igualmente importante a retomada de consciência sobre a corrupção instalada no poder público, com fim exclusivo de financiar campanhas e de enriquecer terceiros. A justiça colaborou sensivelmente para que isso ocorresse, ao tomar a decisão de prender figuras públicas que se julgavam impunes. O cenário econômico é o mais impactante: tivemos que encarar aumento de impostos e do combustível, os juros altos, a inflação. Como consequência, assistimos à redução de obras e a escassez de investimentos das empresas dos setores público e privado, o que gera o desemprego em massa. Esta é uma faceta do Brasil para qual precisamos achar soluções o quanto antes. No Maranhão, da posse de Flávio Dino ao cargo de governador do Estado, nasceu uma nova forma de gestão com a valorização e inclusão do funcionalismo público, transparência dos gastos públicos, combate a corrupção, contenção de despesas desnecessárias que impediam o Estado de promover benefícios para a população.”



Senador Roberto Rocha (PSB)

“O ano de 2015 foi negativo nos resultados, mas positivo nas lições. O país precisa desativar algumas interdições ideológicas que sufocam o espírito empreendedor, engessam a economia e agravam a crise política. Dentre os muitos projetos que apresentei, destaco, por estar centrado exatamente nessa linha conceitual, o da Zona de Exportação de São Luís. Ele pretende justamente liberar as forças empreendedoras do nosso Estado para produzir riqueza, que por sua vez é condição para ampliar os avanços sociais.”



O país precisa desativar algumas interdições ideológicas que sufocam o espírito empreendedor, engessam a economia e agravam a crise política

Senador Roberto Rocha (PSB)



Presidente da Caema Davi Telles (PSB)

“Foi um ano difícil para o Brasil, sobretudo do ponto de vista institucional. Nosso modelo de democracia representativa deu demonstrações impactantes e definitivas de que precisa, de uma vez por todas, de mudanças. Sem uma reforma política profunda, que acabe com o financiamento privado de campanhas e que fortaleça programaticamente os partidos, teremos o aprofundamento, cada vez mais grave, dessa baderna institucional a que estamos assistindo. Já no Maranhão, começamos a vivenciar a mudança mais importante: aquela que se refere à autoestima dos maranhenses. Está sendo provado que é possível fazer transformações profundas no nosso Estado a partir de vontade política, espírito público, seriedade e bons sentimentos. Nosso futuro é de prosperidade e transformação. No Brasil, precisamos de diálogo maduro, bom senso e coragem.”



...Nosso futuro é de prosperidade e transformação. No Brasil, precisamos de diálogo maduro, bom senso e coragem

Presidente da Caema, Davi Telles (PSB)



Diretor do Procon/MA, Duarte Jr. (PCdoB)

“Sem dúvida alguma, estamos passando por duas crises, uma política e outra econômica. Desse modo, enquanto não se restabelecer o diálogo entre os agentes políticos, será difícil manter a governabilidade e, conseqüentemente, sairmos dessa crise econômica. Em 2015, o Governo do Estado economizou mais de R\$ 300 milhões em gastos abusivos. Dessa forma, foi possível fazer com que esse dinheiro pudesse ser investido em programas sociais importantes. O esforço agora é exatamente no que se refere ao custeio. Em 2016, vamos continuar atuando para superar o quadro de extrema dificuldade econômica que vive o nosso país para manter o sentido da nossa gestão, qual seja, fazer com que as riquezas do Maranhão sejam capazes de levar benefícios para todos. Por isso, continuaremos a manter medidas restritivas em relação aos gastos, amparados na ética, honestidade e transparência.”



Em 2016, vamos continuar atuando para superar o quadro de extrema dificuldade econômica que vive o nosso país para manter o sentido da nossa gestão, qual seja, fazer com que as riquezas do Maranhão sejam capazes de levar benefícios para todos

Diretor do Procon/MA, Duarte Jr. (PCdoB)



Deputado Estadual Adriano Sarney (PV)

“O governo estadual completou seu primeiro exercício fiscal, e as estatísticas sociais e econômicas não são muito otimistas. Por isto, é necessário analisar os números oficiais da economia do Maranhão e das finanças do governo, afim de não cairmos na armadilha do marketing político. O Maranhão vive um cenário de baixo investimento estatal comprovado, desemprego, fechamento de

empresas e queda estimada de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015. Todos esses fatores são relevantes para a composição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). E para piorar, o governo sufoca a iniciativa privada aumentando taxas e impostos, o ICMS é a maior prova disto. O Governo do Maranhão parece não ter uma política econômica definida, não tem lógica, muito menos visão de longo prazo. O Maranhão precisa de um choque de gestão para reduzir despesas do governo, aumentar a eficiência dos serviços públicos e derrubar todas as barreiras que atrapalham o desenvolvimento de uma iniciativa privada forte.”

Deputado federal Weverton Rocha (PDT)

“O ano de 2015 para o Brasil foi de muita tensão política, e a Câmara dos Deputados esteve no centro de toda essa movimentação que, ao mesmo tempo, trouxe benefícios para o país, quando fortaleceu o combate à corrupção, mas também foi prejudicial, por causar dos reflexos na gestão e na economia do Brasil. Acredito que o ajuste fiscal é extremamente necessário, assim como a redução dos gastos públicos, e estamos con-



fiantes de que a presidente Dilma e sua equipe econômica adotarão as medidas corretas para recuperar o equilíbrio financeiro do país. É preciso estimular a manutenção das vagas de trabalho e favorecer novos investimentos. De nossa parte e do PDT como um todo, terá o apoio necessário na Câmara Federal para implementar as mudanças que o Brasil precisa. No Maranhão, vivemos um novo momento político, com a implantação de um modo de governar que prioriza os cidadãos e a melhoria da qualidade de vida de todos os maranhenses. As dificuldades financeiras são históricas, mas acredito que o governo Flávio Dino saberá vencê-las para avançar com os programas sociais e os investimentos necessários em 2016.”



Presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Humberto Coutinho (PDT)

“Nosso estado inaugurou um novo período em 2015. O governador Flávio Dino implantou um modo novo de governar, a despeito das gigantescas dificuldades que enfrenta, estadual e nacionalmente. É preciso enumerar que estes avanços, contaram com o apoio decisivo da Assembleia Legislativa, com aprovação quase unânime de toda a Casa, das diversas iniciativas de caráter social e de reorganização do estado tomadas pelo governo. Projetos fundamentais passaram pelo crivo do Poder Legislativo. Mais importante ainda é o modo de governar. Sem barganhas, sem chantagens e sem perseguições. E com muita coerência e transparência. Na questão política, vimos o papel protagonista do governador ao comandar a cadeia da legalidade que impede qualquer quebra institucionalidade no país. A Assembleia Legislativa se constituiu num polo aglutinador deste sentimento de mudança com uma nova política de convivência, respeito entre os pares e às divergências e, acima de tudo, preservação do papel constitucional de cada deputado estadual, independente de sua posição política.”

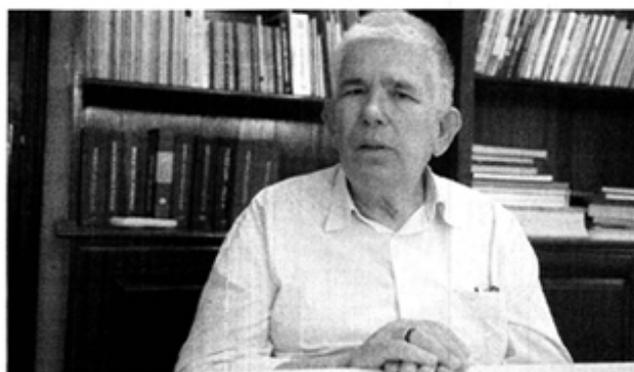


Presidente eleito OAB/MA, Thiago Diaz

“Sem dúvida que se vivencia um ambiente de grave crise política, social e econômica hoje. Crises essas que afetam diretamente a situação econômica de todos os estados; diante disso é preciso não esmorecer e buscar de forma incessante recolocar o país no caminho do crescimento. É necessário e urgente superar essa grave crise ética, da qual o Poder Público em todas suas esferas parece padecer. O momento é de determinação e firmeza, sem, contudo, relativização no respeito e preservação da Constituição da República e da Democracia. Todo cidadão tem a obrigação de contribuir para melhorar seu país, seu estado. Isso é possível por meio de uma participação, atenta, ativa e fiscalizadora das pessoas perante as instituições. Nesse prisma, a Ordem dos Advogados do Brasil assume papel estratégico na superação desse cenário garantindo a segurança jurídica e promovendo o diálogo com entes públicos na busca por soluções para a crise. Um dos pontapés iniciais é a necessidade premente de se aprovar uma reforma política séria e moralizadora.”

Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleones Cunha

“Toda a situação política e econômica que o Brasil enfrentou em 2015 faz de 2016 um ano difícil, mas de recomeço e reorganização. Acredito que este novo ano exigirá dos administradores nas diversas esferas de poder, gestões pautadas na rígida contenção de custos, com um desafio diário de responder às expectativas e demandas da população com poucos recursos. Para nós, o ponto de partida é o diálogo, o debate das questões urgentes, visando encontrar soluções para os problemas mais angustiantes. Nossos planos, mesmo que nesse cenário, é fortalecer a Justiça de 1º Grau, onde o cidadão é recebido inicialmente ao procurar os seus direitos.”



Arcebispo de São Luís, Dom Frei José Belisário da Silva

“O ano de 2015, tanto no que se refere à política, quanto no que se refere à economia, é um ano para não se desejar que se repita. Depois de uma campanha eleitoral de baixíssima qualidade na qual os dois candidatos principais se xingavam em público, Dilma deu início ao seu segundo mandato com a popularidade decrescente e com um ministério que bem podia ter sido o ministério do candidato derrotado. Durante todo o ano, a Câmara dos Deputados seguiu uma agenda conservadora. Como exemplo, a aprovação da redução da maioridade penal, sob o argumento de que o encarceramento é o caminho mais adequado para punir adolescentes em conflito com a lei. No Maranhão, vivemos um ano bonançoso. O novo governo estadual parece ter transmitido aos maranhenses uma réstia de esperança. Instruídos por decepções passadas, essa esperança é, porém, condicionada. Pessoalmente, prefiro repetir com Severino, o retirante da Vida e Morte Severina de João Cabral de Melo Neto: ‘Nunca esperei muita coisa, digo às vossas Senhorias.’”



Todo cidadão tem a obrigação de contribuir para melhorar seu país, seu estado. Isso é possível por meio de uma participação atenta, ativa e fiscalizadora das pessoas perante as instituições

**Presidente eleito OAB/MA,
Thiago Diaz**

Os roubos e prejuízos aos bolsos do povo (Parte I)

Francisco Xavier de Sousa Filho*

Em julgamento da apelação 58.766/14, DJe 29/07/15, o colegiado da 3ª Câmara Cível do TJMA colacionou os entendimentos uniformizados do STJ das condenações dos danos morais: 1) Recusa em cobrir tratamento médico-hospitalar (sem dano à saúde): R\$ 20 mil-REsp 986947; 2) Recusa em fornecer medicamento (sem dano à saúde): 10 SM REsp-801181; 3) Cancelamento injustificado de voo: R\$ 8 mil-REsp 740968; 4) Compra de veículo com defeito de fabricação: sem, indenização; 5) Compra do veículo com defeito de fábrica, problema resolvido dentro da garantia: não há dano: REsp-750735; 6) Inscrição indevida em cadastro de inadimplente: R\$ 10 mil-REsp 1105974; 7) Revista íntima abusiva: 50 SM-REsp 856360; 8) Omissão da esposa ao marido sobre a verdadeira paternidade biológica das filhas: R\$ 200 mil-REsp 742137; 9) Morte após cirurgia de amígdalas: R\$ 200 mil-REsp 1074251; 10) Paciente em estado vegetativo por erro médico: R\$ 360 mil-REsp 853854; 11) Estupro em prédio público: R\$ 52 mil-REsp 1060856; 12) Publicação de notícia inverídica: R\$ 22.500-REsp 401358; 13) Preso erroneamente: R\$ 100 mil REsp 872630.

De início, as condenações punitivas e compensatórias devem ser razoáveis. Já divulguei na imprensa que a fixação dos danos morais precisa estar estabelecida por lei o seu valor, com a compensação razoável na punição certa e justa, no limite da lesão do direito havida. Na aprovação da norma legal, a pessoa atingida pelo ato ilícito receberá a indenização do autor pela ilicitude praticada em 30 dias. Não pago o resgate, a lei exige se cobrar em dobro no judiciário, com a formação de título executivo pela decisão judicial, para o pagamento imediato. Nessas previdências legais o país terá uma economia de mais R\$ 100,0 bilhões anuais, com a redução de cerca de 60% dos processos, diminuindo ainda o número de servidores.

Do lado da Lei 13.140/15, que fez renascer a mediação, como possível solução dos conflitos em cartório, em audiência conciliatória, com a assistência de advogados, nenhum proveito prático e social a favor do pequeno traz, consoante já surgiu o mesmo interesse de jurisdição no juízo arbitral. Ora, se os poderosos não respeitam nem as decisões judiciais, como terão o desejo da solução amigável do conflito. A não ser que os poderosos venham a ter vantagens significativas na conciliação do conflito. Pelo menos a solução de conflitos imediatos de direito, por ilícitos de poderosos, só ocorrerá com penalidades severas, com multas diárias ou outras multas, para o cumprimento do direito adquirido da parte lesada, que surge na obrigação do respeito às leis e normas constitucionais e seu cumprimento, sem protelação.

Com os roubos ao patrimônio do trabalhador no INSS, jamais é para haver e ter havido os desvios e os roubos, pelos presidentes, políticos e corretores de fraudes, como continua havendo, pois hoje era para se ter mais de R\$ 10,0 trilhões em caixa do Tesouro, com sobras bastantes para pagar as aposentadorias nos seus 35 anos de contribuições. Deve se igualar ao patrimônio das previdências privadas. Nessas mesmas exigências contributivas de 35 anos se reclamam a todos servidores públicos, para que o patrimônio das aposentadorias dos servidores tenha caixa suficiente para pagar os benefícios mensais. O déficit é de mais de R\$ 200,0 bilhões anuais. Nos estados, Distrito Federal, territórios e municípios o déficit chegará a trilhões, que no futuro não vão ter condições de pagarem os benefícios dos aposentados.

Não esqueçamos que os governos federal, estaduais e municipais, com seus órgãos públicos, são os também

maiores causadores de prejuízos ao povo. Com as trapaceiras protelatórias processuais, só no judiciário, chegam a causar prejuízos em mais de R\$ 200,0 bilhões anuais, pela utilização de defesas e recursos ilegais e trapaceiros nos tribunais, sem punição alguma, além de receberem a isenção de custas e despesas. E com emprego das verbas da saúde, educação, segurança pública e outras esferas a primeira dama Rute Cardoso, esposa falecida do presidente FHC, já havia denunciado que os recursos federais somente chegavam ao seu destino, governos estaduais e municipais, em menos de 50,0%. Prejuízos pelos roubos: talvez a trilhões de reais, com as omissões dos Tribunais de Contas dos Estados (TCE's) e Tribunal de Contas da União (TCU). Nesses mesmos roubos, acontecem pelo superfaturamento de obras e serviços, nas corrupções existentes, por roubos de trilhões de reais, enquanto a pobreza aumenta. Passando para os bancos estatais, nunca houve as punições aos seus ladrões, como político nenhum foi punido pelos roubos dos bancos estaduais, que tiveram a sua falência decretada. A começar pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os roubos atingiram R\$ 431,4 bilhões, segundo o balanço semestral de 2014, com injeção pelo Tesouro Nacional de mais R\$ 30,0 bilhões. É contabilizado pelo Tesouro Nacional como "volume morto" os R\$ 461,4 bilhões, desviados e roubados (<http://www.alertatotal.net/2014>).

No bolsa família, em 10 anos, os recursos doados superam a R\$ 180,0 bilhões, com o Banco do Brasil dando uma ajuda em bancar em 2014 até março. 15 R\$ 12,7 bilhões (Jornal Pequeno de 27/12/15, coluna Cláudio Humberto). Alguns políticos já denunciaram que o programa é crime eleitoral, valendo denunciar que mais de 50% não se consideram necessitados, para receber o benefício. Aliás, em 28/12/12 o advogado no Jornal O POVO, de Fortaleza - CE, instou que os empréstimos dos bancos estatais devem fixar a família na terra, financiando aos pequenos produtores rurais, com irrigação da agricultura pelo rio São Francisco, cuja região nordestina é castigada por secas e estiagens constantes. Ou por irrigação de águas do mar, após o tratamento. Só assim, tinham muitas famílias felizes e agradecidas.

Os bancos estatais, como todos sabemos, são os maiores incentivadores aos roubos dos seus empréstimos. As provas. Administradores (as) e advogados (as) se omitem, pois nenhum mutuário comparece ao banco para liquidar os seus débitos, aguardando que a dívida vá ao judiciário, que se torna impagável, pelo longo tempo do deslinde final do processo. As garantias hipotecárias tornam-se desvalorizadas e até invadidos os imóveis. Com o rebanho bovino há sempre o seu desvio ou a não aquisição dos bois, o pior. Os senadores, deputados e presidentes aprovam leis sempre a prorrogarem os seus débitos, de familiares ou laranjas, numa apropriação do dinheiro do povo. Os prejuízos anuais nos bancos estatais atingem trilhões, em período curto, que nunca dão satisfação dos roubos havidos à sociedade. Assim, os roubos aos bolsos do povo estão provados, que os governos e políticos, de modo geral, ministros e administradores conhecem muito bem das roubafeiras existentes com os recursos públicos, por não serem punidos, salvo agora pelas operações do mensalão, lava jato e outras. Merecem pois os aplausos da população, que Deus adverte sobre a corrupção: "Não vos enganeis de Deus não se zomba, pois aquilo que o homem semear, isso também colherá. Porque o que semeia para a sua própria carne da carne colherá corrupção; mas o que semeia para o Espírito do Espírito colherá vida eterna". (Gálatas 6.7-8).

**Escritor, Advogado (OAB-CE 4399 e OAB-MA 3080-A) e Jornalista (MTE 0981).*

José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos Domingos, quinzenalmente / jose.luiz.almeida@globo.com / www.joseluizalmeida.com



Amigo é coisa pra se guardar dentro do coração

Quem se diz amigo de todo mundo não é amigo de ninguém. Essa é uma máxima popular que merece uma reflexão detida, que faço a partir de uma famosa personalidade da nossa história. Pois bem. O jornalista Assis Chateaubriand, pouco depois da queda de Getúlio, escreveu um artigo sobre o ditador destronado, cujo título dizia tudo: "O monstro". Com a ressurreição política de Getúlio Vargas, Chateaubriand ficou em pânico. Esqueceu, todavia, que Getúlio era um homem sem amigos e sem inimigos, destituído de emotividade, sem reminiscências e sem idiossincrasias, segundo Samuel Wainer.

Dizia-se, por isso, à boca pequena, que os Vargas não perdoavam, mas esqueciam, o que é típico de quem não tem amigos e nem inimigos. Getúlio, portanto, com essa personalidade, não teria problemas para se entender com Chateaubriand.

Essa história serve para ilustrar essas reflexões, para reafirmar que eu, como muitos, diferente de Getúlio Vargas e de outros que pensam e agem como ele, tenho amigos, embora poucos, porque não tenho a capacidade ou a personalidade mutante que me possibilite ser amigo de todo mundo, o que entendo, de rigor, ser inviável.

Como diz o poeta, "amigo é coisa pra se guardar do lado esquerdo do peito, dentro do coração." Com essa frase, que é um convite profundo à reflexão, penso que o poeta procurou fazer uma salutar distinção entre o que seja uma amizade e uma relação que se trava circunstancialmente, apenas por conveniência.

É dizer, na visão do poeta, que me atrevo a interpretar, nem todas as pessoas com as quais nos relacionamos, por conveniências de trabalho ou familiar, podem ser rotuladas de amigas, já que uma amizade transcende, em muito, as relações que se estabelecem por conveniências várias, que não sejam em face das coisas do coração; e o mesmo coração que pode guardar uma mágoa, só aconchega no seu interior, definitivamente, os verdadeiros amigos.

Sócrates dizia que a virtude está no meio-termo. É dizer: nem tanto ao mar, nem tanto a terra; nem oito e nem oitenta.

Ao longo da minha vida, venho buscando um ponto de equilíbrio – que reconheço ter alcançado em determinadas circunstâncias. Contudo, por mais que eu me esforce, há questões e temas em razão dos quais não me sinto capaz de chegar a uma posição intermediária.

Em se tratando de amizade, por exemplo, para mim não há um meio-termo: ou sou amigo ou não sou, pois no mundo da amizade não nos é permitido trafegar relativamente, uma vez que nele tudo é absoluto. Sendo assim, não dá para ser mais ou menos amigo, ao sabor das circunstâncias, das conveniências.

Enquanto profissional, ocorre, muitas vezes, de eu me ver na situação de ter que decidir, ainda que sejam graves e traumáticas as consequências da decisão, como o fiz, recentemente, em um processo no qual o réu foi denunciado por crime de estupro.

Mas nesse caso, no exercício profissional, não sofro de nenhum padecimento existencial, não me pesa a consciência, pois as decisões que subscrevo são sempre gestadas com muito zelo e preocupação, mas sem remorso, em virtude de serem sempre fincadas em dados objetivos e à luz dos cânones legais. Daí por que nunca o faço subjetivamente, para atender aos apelos do coração ou às incursões dos amigos.

Todavia, é preciso convir, qualquer decisão que se tome no âmbito pessoal, regidas pelo coração, difere das decisões produzidas no ambiente profissional, pois, enquanto cá devem prevalecer os ditames legais, lá devem ser sopesadas as vontades do coração, que, bem se pode ver, é soberano. Daí que não convém confundir o profissional com o pessoal, confusão que pode ser perigosa quando se trata do exercício da magistratura, exercício que nos impede de agir visando a ser simpáticos e agradáveis aos olhos dos jurisdicionados ou para receber o aplauso fácil.

Diante de uma demanda judicial para a qual inexistia, no ordenamento jurídico, uma lei específica disciplinando a espécie, inviabilizando uma decisão por subsunção, onde haja conflitos entre princípios, por exemplo, o juiz tem que decidir, pois lhe é defeso, declarar a demanda empatada e, como adverte, com bom humor, Luis Roberto Barroso, condenar o Escrivão (hoje

Secretário Judicial), nas custas do processo.

Todavia, essa imposição de decidir a favor de quem tenha direito não é possível na vida pessoal, pois aqui o que prevalece não é um comando legal, mas um comando moral, com especial destaque para as deliberações que são próprias do coração, que não está nem aí para o direito.

O que pretendo dizer com essas reflexões é que, quando se trata de amizade, não é possível fincar os pés em duas canoas concomitantemente e pretender se conduzir, equilibrado e incólume, a um porto seguro.

Não dá, importa dizer, quando o assunto é amizade, para agir como um magistrado diante de uma demanda, ou seja, não dá para ser imparcial, não dá para decidir, sempre, em favor daquele que eventualmente tenha razão. Aqui quem está no comando, repito, é o coração. Por isso é que é inviável antropologicamente, desde o meu ponto de observação, um juiz ser e se portar como amigo de todo mundo, sob pena de tornar inviável o exercício da judicatura.

Na vida, muitas vezes, temos que tomar partido, decidir, ir além do meio-termo, que assumir uma posição, uma vez que não é possível sempre acender uma vela para Deus e outra para o diabo, ficar em cima do muro, rir e chorar ao mesmo tempo, ficar com um olho no peixe e outro no gato.

Mas uma coisa é, em face de um processo, decidir profissionalmente, para cuja análise se exige do juiz imparcialidade, neutralidade, equilíbrio e isenção; outra coisa muito diferente é a decisão que decorre de uma análise feita pelo coração, impregnada de carga emocional, sem esteio em provas e sem subsunção a um tipo legal, disso resultando que o juiz que, diante de uma demanda, perceber a intromissão indevida do coração, deve ter a dignidade de se afastar do processo, para que não o contamine com a sua parcialidade. Advirto que, desde a minha avaliação, quem no poder decisório se sente – ou deseja ser – amigo de todas as pessoas, jamais terá a isenção necessária para decidir com imparcialidade.

A função de um magistrado lhe impõe várias restrições e uma delas é a de não poder ser amigo de todo mundo, pois, afinal, aquele que age como tal é desleal consigo mesmo, pois se verá sempre compelido a, em determinadas circunstâncias, decidir deixando-se levar pelo coração, desvirtuando, nesse passo, a sua nobre função.